



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

EDITAL PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES - PI CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024 RE– PMJP (Processo Administrativo nº 057/2024)

Torna-se público que o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES - PI**, sediado(a) na Rua Doroteu Sertão, nº 560, Centro, CEP nº 64.170-000, na cidade de Joaquim Pires - PI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.554.208/0001-39, através de seu Agente de Contratação, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei 123/2006 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. O OBJETO

O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA DESTINADA À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (GRUPOS A, B e E) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM PIRES - PI, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

- 1.1. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Agente de Contratação, nos termos do art. 7º, § 5º da lei 14.133/2021, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.joaquimprescontrata.com.br.
- 1.2. O servidor designado como Agente de Contratação terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.
- 1.3. A licitação será realizada em único item.
- 1.4. O valor máximo admitido para a contratação é de: **R\$ 120.864,00 (cento e vinte mil e oitocentos e sessenta e quatro reais).**
- 1.5. Data de Abertura das propostas: 25/10/2024 às 08:00 hs.
- 1.6. Critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL.**
- 1.7. Modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, nos termos do Art. 56, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021.
- 1.8. **LOCAL:** A sessão de processamento da presente Concorrência será realizada no Portal de Compras da Prefeitura de Joaquim Pires/PI (www.joaquimprescontrata.com.br), por meio de Sistema Eletrônico, e será conduzida pelo Agente de Contratação com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do Processo em epígrafe.
- 1.9. **O HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO** de lances ficará a critério do Agente de Contratação, de acordo com as necessidades providas do andamento da referida concorrência.
- 1.10. **OCORRENDO DECRETAÇÃO DE FERIADO** ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 1.11. **ENDEREÇO:** As propostas de preços e a documentos para habilitação serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: Portal de Compras da Prefeitura de Joaquim Pires-PI (www.joaquimprescontrata.com.br).
- 1.12. **EDITAL:** Disponível nos sites: Portal de Compras da Prefeitura de Joaquim Pires/PI (www.joaquimprescontrata.com.br), LicitaWEB (www.tcepi.tc.br) e Portal da Transparência da Prefeitura de Joaquim Pires/PI. **Informações:** Rua Doroteu Sertão, nº 560, Bairro Centro, Joaquim Pires – PI ou através do e-mail: joaquimprescontratacao@gmail.com.
- 1.13. As empresas que efetuarem o download dos editais disponíveis e que estejam interessadas em participar das licitações deverão, obrigatoriamente, acompanhar as possíveis alterações ocorridas no Edital, bem como esclarecimentos a eventuais dúvidas e questionamentos realizados.
- 1.14. A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, disponibilizada e processada no Portal de Compras da Prefeitura de Joaquim Pires/PI (www.joaquimprescontrata.com.br), a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização da Concorrência Eletrônica.
- 1.15. **As Propostas e as declarações complementares**, se houverem, serão recebidas pelo Município de Joaquim Pires/PI em sessão pública que será realizada no dia, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, sendo conduzida pelo Agente de Contratação.
- 1.16. Os Documentos de Habilitação serão exigidos a apresentação apenas da licitante mais bem classificada, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal 14.133/2021.
- 1.17. Esta licitação não será exclusiva para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte em razão de seu valor superar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06/10/15.
- 1.18. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
 - 1.18.1. As despesas com a contratação do objeto deste ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

 - Fonte de Recurso = 1.600.0000 – Outros Recursos Vinculados à Saúde
 - Código de Aplicação = 999.000 – Geral
 - Unidade Orçamentária = 02.03.01 – Fundo Municipal De Saúde – FMS
 - Programa de Trabalho = 10.301.0007.2052.0000 – Serviços de atenção básica em saúde.
 - Elemento de Despesa = 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.

2.DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta Concorrência Eletrônica os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e com credenciamento regular no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Joaquim Pires-PI (www.joaquimprescontrata.com.br).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
 - 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
 - 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
 - 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
 - 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
 - 5.1.2. Marca de cada item ofertado;
 - 5.1.3. Fabricante de cada item ofertado;
 - 5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de garantia.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 5.5.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.
- 5.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.8. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 6.12. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.13. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;
- 6.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.15. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.16. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.17. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.18. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.20. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.24. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.27. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.29.2. empresas brasileiras;
- 6.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.31. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.32. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.33. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.DA FASE DE JULGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o 7.7, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

- 7.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
 - 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
 - 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

tradução livre.

- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
 - 8.7.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado antecipadamente dia e horário junto a Prefeitura de Joaquim Pires-PI pelo e-mail: **joaquimprescontratacao@gmail.com**, sendo acompanhado pelo servidor competente, que certificará a realização da referida visita com a expedição do **Atestado de Visita do Local** em nome da empresa, podendo, caso seja necessário, designar outro servidor para acompanhar o representante da empresa até o local de vistoria, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
 - 8.7.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
 - 8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.10. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.
- 8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
 - 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

mais bem classificado.

- 8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.18. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.19. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br.
- 8.20. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.21. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência
- 8.22. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 8.23. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 8.24. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- 8.25. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.26. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 8.27. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 8.28. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

da Fazenda Nacional.

- 8.29. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.31. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.
- 8.32. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.
- 8.33. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição e, para efeito de contratação, será assegurado o prazo de 05 (cinco dias) úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de desclassificação e convocação da classificada subsequente.
- 8.34. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.35. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.36. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 8.37. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.
- 8.38. No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.
- 8.39. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta.
- 8.40. A apresentação dos documentos exigidos no item anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.41. A Empresa deverá apresentar os cálculos da boa e regular situação financeira através da aplicação da fórmula abaixo designada:
- 8.42. Índice de liquidez corrente (LC), igual ou maior que 1, apurado pela equação: Ativo circulante (AC) dividido por passivo circulante (PC); ou seja : $LC = AC \geq 1 PC$; Índice de liquidez geral (LG), igual ou maior que 1, apurado pela equação: (ativo circulante (AC) + realizável a longo prazo (RLP) dividido por (passivo circulante (PC) + exigível a longo prazo (ELP); ou seja: $LG = AC + RLP \geq 1 PC + ELP$.
- 8.43. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, bem como os índices contábeis exigidos, deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovado através de Certidão de Regularidade Profissional atualizada.

8.44. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.45. Para efeito de cumprimento de qualificação técnica, exige-se da proponente os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 8.45.1. Comprovante de registro e quitação da empresa licitante e de seu responsável técnico (engenheiro civil ou ambiental), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) no ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, conforme Lei nº. 5.194/66, Resolução nº. 266/79 e 447/00 do CONFEA. Os registros profissionais emitidos em outros estados deverão conter o visto no CREA do Estado do Piauí, por ocasião da assinatura do contrato, conforme Lei nº. 5.194/66 e Resolução nº. 423/97 nº. 413/97 do CONFEA.
- 8.45.2. A proponente deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica e Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado e acervado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em nome da licitante e do responsável técnico - Engenheiro Civil ou Ambiental, que comprove a execução de serviços compatíveis aos da presente licitação, a saber: Coleta, transporte, tratamento de resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B e E e disposição final, segundo a classificação, tratamento e destinação final contida na RDC 222/18 da ANVISA, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.45.3. Para fins de atendimento ao disposto no item acima, a licitante poderá apresentar um ou mais atestados em seu nome e de seu responsável técnico, referentes aos serviços compatíveis com o objeto licitado, desde que haja comprovação das quantidades e prazos mínimos. Nos Atestados e nas Certidões de Acervo Técnico apresentados, deverão constar, obrigatoriamente, os nomes dos mesmos profissionais indicados, as quantidades, o período de execução e o local onde os serviços foram realizados, não sendo aceitos atestados de supervisão ou fiscalização.
- 8.45.4. A Comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) da proponente está(ão) vinculado(s) à empresa licitante dar-se-á mediante apresentação de registro em carteira ou contrato de prestação de serviços ou, ainda, mediante apresentação do Contrato Social, no caso do mesmo ser sócio da empresa.

8.46. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 8.46.1. Possuir alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura de sua sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto dos serviços a serem fornecidos.
- 8.46.2. Possuir Licença Sanitária emitida pelo órgão municipal ou estadual, compatível com o objeto dos serviços a serem fornecidos.
- 8.46.3. Possuir Licença de Operação de Coleta e Transporte de Resíduos Perigosos emitida pelo órgão ambiental competente da sede da licitante, nos termos da Resolução do CONAMA n.º 237/1997 e Resolução CONSEMA N.º 46/2022, de acordo com a sua classificação.
- 8.46.4. Indicar os veículos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte dos resíduos, demonstrando que os mesmos possuem Certificado de Inspeção Veicular (CIV), segundo a portaria 457/2008 do Inmetro; Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) e o Registro de Não Conformidades (RNC), segundo Portaria 204/2011 do Inmetro em atendimento às exigências legais e às normas da ABNT.
- 8.46.5. Indicar equipe formada de motorista e coletor, devendo o motorista possuir curso de MOPP – Movimentação de Produtos Perigosos e CNH, bem como, com o coletor, comprovar por carteira de vacinação, estar em conformidade com o Programa Nacional de Imunização da ANVISA para a atividade exercida.
- 8.46.6. Possuir Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão ambiental competente, que contemple o tratamento (através de redução ou eliminação de carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana) de serviços de saúde, conforme Resoluções do CONAMA n.º 237/1997 CONAMA n.º 358/2005 e RDC n.º 222/18 ANVISA; e ou possuir Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão ambiental competente, que contemple o tratamento (através de incineração) de serviços de saúde.
- 8.46.7. No caso de utilização de equipamento de esterilização compatível com Nível III de Inativação Microbiana, conforme determinam as Resoluções RDC 222/2018 da ANVISA e 358/2005 do CONAMA, deve ser apresentado seu teste de eficiência, conforme especificado em sua licença ambiental. Com relação a este equipamento, deve ser apresentado, ainda, relatório de Inspeção da Caldeira e Vasos de Pressão, elaborado e assinado por profissional devidamente habilitado, observando os devidos prazos de validade em atendimento à Regulamentação do Ministério do Trabalho, conforme Portaria nº. 3.214, de Junho de 1978, estabelecida pela NR-13, que define essa obrigatoriedade às empresas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

que utilizarem equipamentos com a finalidade de produzir ou acumular vapor sob pressão superior à atmosférica, utilizando qualquer fonte de energia, com a necessária indicação da capacitação profissional para operação dos equipamentos. E, em caso de utilização de equipamento para tratamento por incineração, conforme determinam as Resoluções RDC 222/2018 da ANVISA e 358/2005 do CONAMA, deve ser apresentado seu teste de queima, laudo de caracterização das cinzas e calibração dos equipamentos de segurança e eficiência, relatório de inspeção, elaborado e assinado por profissional devidamente habilitado, observando os devidos prazos de validade em atendimento à legislação, com a necessária indicação da capacitação profissional para operação dos equipamentos, em atendimento à NR-14, conforme especificado em sua licença ambiental.

- 8.46.8. Possuir Licença de Operação (LO), expedida pelo órgão ambiental estadual competente, que contemple aterro sanitário para destinação final dos resíduos gerados após o tratamento através de redução ou eliminação de carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana ou por incineração, em nome da licitante, conforme Resolução CONSEMA nº 46/2022.
- 8.46.9. Apresentar Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, emitido pelo IBAMA, em seu nome, caso o fornecedor utilize sistema de tratamento ou destinação final em outro Estado.
- 8.46.10. Apresentar comprovante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras em seu nome e de seu responsável técnico detentor dos atestados de capacidade técnica.
- 8.46.11. Certidão Negativa de Débito Ambiental - CNDA, perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA
- 8.46.12. Apresentar Programa de Gerenciamento de Risco – PGR, com o intuito de gerenciar os riscos existentes no local de suas atividades, estruturado sob um escopo que contemple requisitos necessários que venham prevenir possíveis acidentes ambientais, e, caso ocorram, apontar quais serão as medidas adotadas para a minimização dos danos, ou seja, a minoração dos seus impactos, a curto, médio e longo prazo, conforme disposto na Portaria nº 6.730/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT que disciplina a implantação do PGR, em substituição ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho (PCMAT), de acordo com o indicado no plano de trabalho apresentado.
- 8.46.13. Apresentar PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- 8.46.14. Plano de Trabalho detalhando as etapas da execução dos serviços objeto do presente Edital, desde a coleta até a disposição final dos resíduos. Referido Plano de Trabalho deverá ficar disponível e acessível para consulta e conhecimento, inclusive, como fomentador de ações educativas e orientadoras dos geradores dos resíduos dos serviços de saúde e do público em geral.
- 8.46.15. Apresentar Plano Ambiental de Atendimento às Emergências (PAAE).
- 8.46.16. Apresentar Plano de Ação e Emergência (PAE).
- 8.46.17. Apresentar comprovantes de capacitação e treinamento dos funcionários que atuarão na execução dos serviços de limpeza, coleta, transporte, tratamento e destino final dos Resíduos de Serviços de Saúde.
- 8.46.18. Declaração de opção e de enquadramento Microempresa/ME e Empresa de Pequeno Porte/EPP.
- 8.46.19. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do art. 67, VI, da Lei 14.133/2021.
- 8.46.20. Declaração positiva elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando da inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do art. 14, III, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.46.21. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme exigência do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.
- 8.46.22. O(A) Agente de Contratação(a) reserva-se ao direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

8.46.23. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo(a) Agente de Contratação(a).

8.46.24. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço da empresa licitante, salvo as divergências de endereço legalmente permitidas, em razão de documentação de MATRIZ e FILIAL.

9.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5.O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7.Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1.A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1.O contrato oriundo da presente licitação terá vigência de 05 (cinco) anos, conforme fixado no Termo de Referência, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

12.DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1.É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado, sob pena de rescisão contratual.

13.DOS RECURSOS

13.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4.Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.joaquimprescontrata.com.br.

14.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1.não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2.recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3.pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4.deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5.apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.5. fraudar a licitação
- 14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.joaquimprescontrata.com.br.
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16.DAS GARANTIAS

16.1.GARANTIA DE PROPOSTA

16.2.A prestação da garantia de proposta, que trata o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, deverá de dar da seguinte forma:

16.2.1. A Licitante deverá fornecer, como parte integrante da "PROPOSTA DE PREÇOS", comprovante de depósito de Garantia de Proposta, e esta deverá corresponder a 1 % (um por cento) do valor do objeto da contratação, nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a fim de proteger a Entidade de Licitação contra atos ou omissões da Licitante arrolados abaixo:

- a) Caso a Licitante retire sua proposta durante o período de validade definido no Edital e na Garantia de Proposta,e
- b) Se a Licitante vencedora, deixar de assinar o Contrato ou não apresentar a Garantia de Execução Contratual.

16.3. A garantia de que trata o subitem 18.1.1 deverá obedecer ao seguinte:

- a) CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. (AG: 20.48-6; CONTA: 10.231-8; BANCO: Brasil).
- b) FIANÇA BANCÁRIA conforme ANEXO V do EDITAL – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- c) SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Prefeitura Municipal de Itaueira/PI cobrindo,inclusive, os riscos de rescisão do contrato.
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

16.3.1. A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame;

16.3.2. A Garantia será devolvida as licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

16.3.3. A Garantia de Proposta da Licitante vencedora será liberada quando assinado o Contrato, mediante apresentação da Garantia de Execução Contratual.

17.GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Administração exige a prestação de garantia contratual, mediante apresentação do comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, contados da data assinatura do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades, nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21:

- a) CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. (AG: 20.48-6; CONTA: 10.231-8; BANCO: Brasil).
- b) FIANÇA BANCÁRIA conforme ANEXO V do EDITAL – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

c) SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada a comercializar seguros, e em nome da Prefeitura Municipal de Joaquim Pires – PI, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

17.2. Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro o depósito deverá ser feito obrigatoriamente em conta corrente do Município a ser informada pela Prefeitura Municipal de Joaquim Pires, sendo devolvida atualizada monetariamente, nos termos do artigo 100, da Lei Federal nº 14.133/21.

17.3. Se a opção de garantia for em seguro-garantia ou fiança bancária deverá conter expressamente cláusulas de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

17.4. A garantia prestada será liberada ou restituída à empresa contratada, mediante requerimento formal dirigido à Prefeitura Municipal de Joaquim Pires-PI, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do termo de “Recebimento Definitivo” da obra, acompanhado da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, dentro dos seus prazos de validade.

17.5. Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, e não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável da Prefeitura Municipal de Joaquim Pires-PI.

17.6. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

17.7. Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente.

18.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

18.9.Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10.O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.joaquimprescontrata.com.br.

18.11.Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.11.1.ANEXO I - Termo de Referência

18.11.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

18.11.3.ANEXO II – Minuta Ata de Registro de Preços

18.11.4.ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

18.11.5.ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços

18.11.6.ANEXO V - Matriz de Riscos

Joaquim Pires – PI, 10 de outubro de 2024.

Joseanne de Albuquerque Fortes

SECRETÁRIO MUNICIPAL

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAQUIM PIRES – PI



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste instrumento, o estabelecimento de elementos mínimos necessários com vistas a subsidiar a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) dos grupos “A”, “B” e “E” gerados pelas Unidades de Saúde administradas pela Prefeitura Municipal de Joaquim Pires - PI, conforme parâmetros e elementos descritivos do objeto dispostos neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.1. O município tem como dever garantir a preservação da saúde pública e do meio ambiente, através de ações de prevenção e precaução que reduzam e eliminem possibilidades de infecções e contaminação dos agentes públicos da área de saúde, da população em geral e do meio ambiente. Estas ações passam pelo gerenciamento adequado dos Resíduos de Serviços de Saúde - RSS.
- 2.1.2. É sabido que todo material, seja ele químico ou orgânico, gerado pelas ações domésticas, industriais ou hospitalares, quando descartados e depositados de forma incorreta, provocam desequilíbrio ecológico causando danos irreparáveis ao meio ambiente. Dessa forma, os resíduos de serviços de saúde apresentam riscos potenciais à saúde pública, devido à presença de agentes biológicos, químicos e/ou físicos, tornando-se necessária a adoção de procedimentos especializados de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final desses resíduos. Esses cuidados não podem ser executados pelo serviço convencional de limpeza urbana, pois as etapas de gerenciamento desses resíduos devem seguir rigorosamente a legislação ambiental e demais normas técnicas norteadoras.
- 2.1.3. É responsabilidade do Município, como gerador de resíduos, buscar as alternativas de menor custo e impacto ambiental para destinação adequada dos RSS. Convém destacar que a má gestão dos RSS poderá ensejar infração sanitária, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis, ao gerador de resíduos de serviços de saúde, no caso, o Município de Joaquim Pires - PI, conforme assim determina a RDC 222/2018/ANVISA.
- 2.1.4. Entretanto, o Município de Joaquim Pires - PI não dispõe de corpo técnico especializado no quadro de seus servidores para realização desse tipo de serviço. Dessa forma, a contratação de empresa especializada é a alternativa mais apropriada para atender essa demanda, uma vez que permitirá a adequação às determinações vigentes e às normas técnicas, sejam elas em esfera Federal, Estadual ou Municipal, respectivas a cada etapa dos serviços e também às melhores práticas pertinentes à gestão dos resíduos sólidos dos serviços de saúde que são produzidos nas unidades geradoras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

2.2. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. Os principais benefícios obtidos com a contratação são:

- a. Garantir boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde;
- b. Promover a segregação dos resíduos de serviços de saúde, no local de sua geração a fim de reduzir o volume de resíduos que necessitam de manejo diferenciado;
- c. Promover a coleta adequada dos resíduos de serviços de saúde;
- d. Promover a forma ambientalmente adequada de tratamento dos resíduos de serviços de saúde;
- e. Garantir a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde;
- f. Minimizar os riscos inerentes ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- g. Proteger o meio ambiente e os recursos naturais renováveis;
- h. Garantir padrões de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- i. Preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente;
- j. Minimizar riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho e proteger a saúde do trabalhador.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O objeto a ser contratado se enquadra na categoria de serviços comuns de que trata o Art. 6º, incisos XIII e XXXVIII da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, razão pela qual a adoção da modalidade Concorrência, na forma eletrônica, nos termos do Art. 17, § 2º e Art. 29, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Os serviços a serem prestados devem atender ao disposto nas legislações ambientais e demais instrumentos normativos:

- a. Lei nº. 12.305/2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b. Lei nº. 6.938/81 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente;
- c. Lei Federal nº. 5.194/66 que disciplina o registro da empresa e do profissional perante a entidade de classe;
- d. Resolução nº. 358/2005 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente que disciplina o tratamento e a destinação final de resíduos de saúde;
- e. Resolução nº. 316/2002 do CONAMA que disciplina o funcionamento de tratamento térmico de resíduos;
- f. Resolução nº. 237/1997 do CONAMA que disciplina o licenciamento de atividades ambientais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- g. Resolução nº. 413/1997 do CONFEA que disciplina o Registro da Pessoa Jurídica em outro Estado;
- h. Resolução nº. 266/1979 do CONFEA – Disciplina as Certidões para Pessoas Jurídicas;
- i. RDC nº. 222/2018 da ANVISA que regulamenta as boas práticas de gerenciamento de resíduos de saúde;
- j. Instrução Normativa nº. 06/2013 do IBAMA que disciplina as atividades potencialmente poluidoras;
- l. Instrução Normativa nº. 05/2012 do IBAMA que disciplina o transporte de produtos perigosos;
- m. Instrução Normativa nº. 31/2009 do IBAMA que disciplina a exigência do cadastro técnico federal da empresa e do responsável técnico;
- n. NR 13/2015 do Ministério do Trabalho que disciplina a utilização de caldeiras, vasos de Pressão;
- o. Portaria nº 6.730/2020 do Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT que disciplina a implantação do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR);
- p. Portaria nº 204/2011 do INMETRO que disciplina sobre o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP);
- q. Portaria nº 457/20 08 do INMETRO que disciplina sobre o Certificado de Inspeção Veicular (CIV);
- r. Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

4. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

- 4.1. O Município de Joaquim Pires - PI optou pela utilização de tecnologias licenciadas de menor agressão ao meio ambiente, conforme preconiza as Resoluções do CONAMA nº. 358/2005 e RDC ANVISA nº. 222/2018, bem como a necessidade de observância dos princípios da prevenção e precaução, dos objetivos de proteção à saúde pública e a qualidade ambiental, dispostos na Lei Federal nº. 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 4.2. Embora a literatura especializada aponte que os sistemas de tratamento térmico (incineração) sejam fontes potenciais de risco ambiental e de emissão de poluentes perigosos, como preceitua a Resolução CONAMA nº 316/2002, a busca contínua da redução de emissões de poluentes é uma meta mundial em favor do meio ambiente, através do uso de tecnologias no tratamento de resíduos, consideradas não agressivas ao meio ambiente, inclusive, como para os presentes serviços, a previsibilidade de utilização de equipamento de esterilização compatível com Nível III de Inativação Microbiana (autoclave).

5. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

5.1. DETALHAMENTO DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

5.1.1. Os resíduos de serviços de saúde são classificados nos Grupos A, B e E, conforme RDC n° 222/2018, da ANVISA e Resolução n° 358/2005, do CONAMA;

5.1.2. A empresa contratada ficará responsável pela gestão externa dos resíduos de saúde pertencentes aos Grupos A, B e E, a partir da área de armazenamento externo de cada Unidade Geradora de RSS, sendo classificados da seguinte forma:

5.1.2.1. **GRUPO A:** Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção.

a) Grupo A1

- Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

- Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

- Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;

- Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, contêineres e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

b) Grupo A2

- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

c) Grupo A3

- Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiar.

d) Grupo A4

- Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares;
- Sobras de amostras de laboratório e seus contêineres contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons;
- Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo;
- Contêineres e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;
- Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica;
- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações; e
- Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

e) Grupo A5

- Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

5.1.2.2. **GRUPO B:** Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

- a) Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos; imuno moduladores; antirretrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações;
- b) Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfectantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os contêineres contaminados por estes;
- c) Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores);
- d) Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas; e
- e) Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

5.1.2.3. **GRUPO E:** Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

5.1.3. Os resíduos gerados nos serviços de saúde devem passar pelas seguintes etapas:

5.1.3.1. **Manejo:** o manejo dos resíduos dos serviços de saúde é entendido como a ação de gerenciar os resíduos em seus aspectos intra e extra estabelecimento, desde a geração até a destinação final, incluindo as seguintes etapas:

5.1.3.2. **Segregação:** consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos;

5.1.3.3. **Acondicionamento:** consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos ou contêineres que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura. A capacidade dos contêineres de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo;

5.1.3.4. **Identificação:** consiste no conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e contêineres, fornecendo informações ao correto manejo dos resíduos dos serviços de saúde;

5.1.3.5. **Transporte Interno:** consiste no traslado dos resíduos dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta;

5.1.3.6. **Armazenamento Temporário:** consiste na guarda temporária dos contêineres contendo os resíduos já acondicionados, em local próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta dentro do estabelecimento e otimizar o deslocamento entre os pontos geradores e o ponto destinado à apresentação para coleta externa. Não poderá ser feito armazenamento temporário com disposição direta dos sacos sobre o piso, sendo obrigatória a conservação dos sacos em contêineres de acondicionamento;

5.1.3.7. **Armazenamento Externo:** consiste na guarda dos contêineres de resíduos até a realização da etapa de coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores;

5.1.3.8. **Coleta e Transporte Externo:** consistem na remoção dos resíduos dos serviços de saúde do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou destinação final, utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana;

5.1.3.9. **Tratamento:** consiste na aplicação de método, técnica ou processo que modifique as características dos riscos inerentes aos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente, devendo ser realizado de acordo com a Resolução do CONAMA nº358/2005 e RDC nº222/18 ANVISA;

- 5.1.3.10. **Destinação Final:** consiste na disposição de resíduos no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997.

6. DA FINALIDADE

6.1.A presente contratação tem como finalidade:

6.1.1.1.Serviço: (x) Coleta (x) Transporte (x) Tratamento (x) Disposição Final

6.1.1.2.Resíduos: (x) A (x) B () D (x) E

6.1.1.3.Quantidade Estimada: Até 800 kg/Mês

6.1.1.4.Pontos de Coleta: 01 Ponto

6.1.1.5.Periodicidade de Coleta: 1x por mês

7. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO COMO SERVIÇO COMUM

7.1.A natureza do objeto a ser contratado se enquadra na categoria de serviços comuns de que trata o Art. 6º, inc. XIII da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

8. DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO/ENTREGAS

8.1. DO SERVIÇO

8.1.1.A metodologia de execução dos serviços deve atender a todas as legislações e definições previstas neste termo de referência, visando à gestão dos resíduos dos serviços de saúde (RSS), contemplando as etapas de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final.

8.1.2.As etapas de coleta e transporte externo dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizadas atendendo às normas da ABNT NBR 12.810/2020 – Resíduos de Serviços de Saúde - Gerenciamento Extra Estabelecimento - Requisitos e NBR 15.480/2021 – Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – Programa de Gerenciamento de Risco e Plano de Ação de Emergência.

8.1.3.A contratada iniciará os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde das unidades geradoras imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.

8.1.4.Os serviços serão prestados nas unidades geradoras de resíduos dos serviços de saúde relacionados no Anexo Único deste Termo de Referência.

8.1.5.A Contratada deve possuir um serviço de apoio que proporcione aos seus funcionários as seguintes condições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 8.1.5.1. Higienização e manutenção dos veículos. Ao final de cada turno de trabalho, o veículo coletor deve sofrer limpeza e desinfecção simultânea, usando-se jato de água quente e sob pressão e lavagem em posto de lavagem ambientalmente licenciado;
- 8.1.5.2. Lavagem e desinfecção dos EPI (equipamentos de proteção individual);
- 8.1.5.3. Higienização corporal;
- 8.1.6. A Contratada deverá instalar e manter um serviço de atendimento à Contratante, cujo número do telefone deverá estar em local visível em todos os equipamentos, dentro do horário compreendido entre 08h00 e 18h00 horas;
- 8.1.7. A Contratada deverá apresentar a relação de veículos licenciados que devem atender às especificações indicadas neste Termo, bem como os recursos humanos necessários para a coleta e o transporte dos resíduos de serviços de saúde gerados pelas unidades, sem prejuízo ao atendimento a todas as normas aplicáveis.

8.2. DO ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS NAS UNIDADES GERADORAS DE RESÍDUOS

- 8.2.1. Consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos ou embalagens que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura;
- 8.2.2. Os resíduos são dispostos para armazenamento temporário nas áreas de abrigo provisório nas unidades de saúde, para o recolhimento pela empresa contratada;
- 8.2.3. Não deverá ser feito armazenamento temporário com disposição direta dos sacos e embalagens sobre o piso;

8.3. DA COLETA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

- 8.3.1. Os resíduos de serviços de saúde devem ser coletados nas unidades geradoras, atendendo a periodicidade de coleta descrita no Anexo Único deste Termo de Referência.
- 8.3.2. A Contratada deverá disponibilizar para as unidades geradoras de resíduos dos serviços de saúde, em regime de comodato, contêineres não refrigerados tipo bombona com capacidade de 200 litros, equivalente a 25 kg, tipo bombona, confeccionados em polietileno de alta densidade, hermeticamente fechados, devendo conter as simbologias previstas nas legislações pertinentes.
- 8.3.3. A contratada deverá prever a reserva técnica de 30% dos contêineres não refrigerados tipo bombona de 200 litros, para substituição no ato da coleta, em caso de vazamento dos resíduos, em caso de substituição para manutenção.
- 8.3.4. No ato da entrega dos contêineres não refrigerados tipo bombona deverá ser preenchido documento comprovando a entrega dos mesmos, assinado pelo representante de cada unidade geradora de resíduos dos serviços de saúde e pelo funcionário da empresa contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 8.3.5. No ato da coleta, os resíduos deverão ser pesados na presença de responsável indicado pela unidade geradora de RSS. O peso individualizado por grupo de resíduo, deverá ser preenchido em Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) com preenchimento de dia e horário da prestação do serviço. Uma via do MTR ficará na unidade geradora e outra via com a contratada, constituindo comprovante da prestação do serviço.
- 8.3.6. Mensalmente deverá ser entregue pela empresa contratada, para aferição dos serviços prestados, relatório consolidado dos MTR's contendo as informações referente à geração de cada unidade de saúde, devidamente atestado pelo gestor ou responsável da respectiva unidade.
- 8.3.7. No ato da coleta, caso ocorra vazamento dentro dos contêineres não refrigerados tipo bombona, os mesmos deverão ser substituídos no momento da coleta, e os contaminados devem passar por processo de lavagem e descontaminação sob responsabilidade da empresa contratada.
- 8.3.8. A coleta dos resíduos dos serviços de saúde será realizada no horário entre 7h00 e 18h00.

8.4. DO TRATAMENTO DOS RESÍDUOS

- 8.4.1. O tratamento dos resíduos de saúde deve atender às preconizações estabelecidas neste Termo de Referência, baseados na responsabilidade do Município de Joaquim Pires - PI em optar por tecnologias licenciadas, porém que tragam a menor agressão ao meio ambiente e à população.
- 8.4.2. Os resíduos deverão ser obrigatoriamente submetidos a processo de tratamento antes de sua destinação final por processos e procedimentos que alterem as suas características físicas, químicas e biológicas e conduzam à minimização do risco à saúde pública e à qualidade do meio ambiente.
- 8.4.3. Para o tratamento adequado dos resíduos da presente licitação, há resíduos que devem ser obrigatoriamente tratados por incineração, conforme legislação vigente, bem como existem resíduos que poderão vir a ser tratados através de redução ou eliminação da carga microbiana em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana, podendo as duas tecnologias serem utilizadas concomitantemente, desde que respeitados os resíduos adequados a cada tecnologia, ou somente através de incineração para todos os resíduos.
- 8.4.4. A Estação de Tratamento de resíduos dos serviços de saúde deverá seguir padrões nacionais de segurança ambiental e possuir licenciamento de operação fornecido por órgão de controle ambiental de acordo com as Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e nº 358/2005, além das legislações estadual e municipal onde estiver instalada.
- 8.4.5. A Estação de Tratamento deve dispor de responsável técnico habilitado perante o Conselho Regional de Classe, conforme as tecnologias que serão utilizadas no processo e preconizadas neste Termo de Referência.

8.5. DO TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 8.5.1. A execução do serviço de transporte dos resíduos se dará com utilização de veículos com carroceria tipo baú, contendo revestimento interno estanque em consonância com as legislações aplicáveis, em quantidade suficiente para execução dos serviços, atendendo e levando em consideração o dimensionamento de quantitativos de resíduos gerados.
- 8.5.2. Todos os veículos devem ser munidos de ferramental de apoio como: pá, vassourão, saco plástico reserva, produtos químicos para desinfecção de micro-organismos nocivos e agressores à saúde humana (bactericidas e outros).
- 8.5.3. Os veículos devem ser pintados na cor branca, possuindo as simbologias de Resíduos Infectantes, as placas regulamentadoras conforme NBR 7195, o nome da empresa, telefone de contato.
- 8.5.4. A contratada deverá manter disponível para operação, veículo reserva com carroceria tipo baú contendo revestimento interno estanque.
- 8.5.5. Os veículos devem possuir CIV – Certificado de Inspeção Veicular, o CIPP – Certificado de Inspeção de Produtos Perigosos e o Registro de Não Conformidade (RNC), emitidos pelo INMETRO, para transporte e coleta de resíduos perigosos Classe I, de acordo com as exigências das normas vigentes.
- 8.5.6. Os resíduos dos serviços de saúde devem ser transportados em veículos com compartimentos exclusivos, não sendo permitido seu transporte em conjunto com pessoas ou outros tipos de resíduos, materiais ou substâncias.
- 8.5.7. Ao final de cada turno de trabalho, o veículo coletor deve sofrer limpeza e desinfecção simultânea, usando-se jato de água quente e sob pressão e lavagem em posto de lavagem ambientalmente licenciado.
- 8.5.8. Em caso de acidente, a empresa responsável pela execução da coleta externa deve notificar imediatamente os órgãos municipais e estaduais de controle ambiental e de saúde pública, e adotar os procedimentos de segurança inerentes à área do acidente, de acordo com seu Plano de Ação e Emergência (PAE).
- 8.5.9. É vedada a utilização de equipamentos compactadores na coleta e transporte dos resíduos dos Grupos A, B e E, conforme Art. 38 RESOLUÇÃO - RDC Nº 222/2018.

8.6. DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS TRATADOS

- 8.6.1. O destino final dos resíduos será de total responsabilidade da empresa contratada, sendo que esta deverá apresentar as licenças necessárias para a destinação final dos resíduos.
- 8.6.2. A destinação final dos resíduos deve ocorrer em local previamente preparado para receber os resíduos tratados, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com as Resoluções do CONAMA nº 237/1997, nº 358/2005, a NBR 8.419/1992 – “Apresentação de Projetos de Aterros Sanitários de Resíduos Sólidos Urbanos” e NBR 13.896/1997 – “Aterros de Resíduos não Perigosos – Critérios para Projeto, Implantação e Operação”.

8.7. DA EQUIPE DE COLETA E TRANSPORTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 8.7.1. Cada veículo deve ter uma equipe formada de motorista e coletor, devendo o motorista possuir curso de MOPP – Movimentação de Produtos Perigosos e CNH. A equipe (motorista e coletores) deve comprovar, mediante carteira de vacinação, estar em conformidade com o Programa Nacional de Imunização da ANVISA para a atividade exercida.
- 8.7.2. A uniformização do motorista será estabelecida conforme padrão da Contratada, e será por ela fornecida a seus empregados. Todos os empregados da contratada deverão trabalhar com crachá de identificação visível.
- 8.7.3. Os coletores deverão usar luvas durante a coleta, observadas as especificações dos EPIs exigidos pelas legislações vigentes:
- 8.7.3.1. Proteção para a cabeça e respiratória: máscara semifacial e óculos de segurança;
- 8.7.3.2. Proteção para membros superiores: luvas de PVC cano longo;
- 8.7.3.3. Proteção para membros inferiores: calçado de proteção com e sem biqueira de aço, bota de borracha.
- 8.7.4. A contratante poderá rejeitar qualquer empregado da contratada, assim como solicitar sua substituição, caso o empregado apresente algum comportamento não condizente às suas funções e normas estabelecidas, obrigando à contratada acolher e respeitar a decisão da contratante;
- 8.7.5. A contratada deverá garantir o comportamento moral e profissional dos seus empregados, cabendo à Contratada se responsabilizar integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos que vierem a ser cometidos em caso de ação ou omissão por parte do empregado, incluindo a inobservância das normas e ordens da Contratante.

9. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas desta contratação ocorrerão através dos seguintes recursos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

- Fonte de Recurso = 1.600.0000 – Outros Recursos Vinculados à Saúde
- Código de Aplicação = 999.000 – Geral
- Unidade Orçamentária = 02.03.01 – Fundo Municipal De Saúde – FMS
- Programa de Trabalho = 10.301.0007.2052.0000 – Serviços de atenção básica em saúde.
- Elemento de Despesa = 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.

10. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 10.1. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do encerramento de cada mês, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória, incluindo, relatório consolidado dos MTRs contendo as informações referente a geração de cada unidade geradora de RSS, devidamente atestado pelo gestor ou responsável da respectiva unidade.
- 10.2. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 10.2.1.A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;
- 10.2.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;
- 10.2.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 10.2.4. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 10.2.5. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 10.2.6. Comunicar à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base nos MTRs de prestação dos serviços, dentro dos padrões exigidos neste Instrumento, e dos critérios de razoabilidade e eficiência.
- 10.3.O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 10.4.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11. DA UNIDADE DE MEDIDA DO OBJETO

- 11.1.O objeto deste Termo de Referência será medido em kg (quilograma) por se tratar de quantidade de resíduos gerados pelas respectivas unidades.

12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

- 12.1.O valor estimado para esta contratação será aferido multiplicando o peso de resíduos constante no Anexo Único, pelo preço médio calculado com base em pesquisa de preços e nos preços praticados no mercado para a execução do serviço objeto desta licitação, consistindo em valor de referência.
- 12.2.Nos custos unitários propostos pela Contratada deverão estar inclusos todos os custos em geral relativos ao fornecimento da mão-de-obra direta e indireta necessária e imprescindível



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

à integral e perfeita execução do objeto, bem como todos os gastos relativos ao pagamento das taxas, ônus legais e demais encargos sociais, trabalhistas e outros que direta e indiretamente sejam incidentes.

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATSER	Qtde. Anual Estimada	Unidade de Medida	Valor (R\$)		
					Unitário R\$ (kg)	Unitário R\$ (Mensal)	Total R\$ (Anual)
1.0	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) DOS GRUPOS "A", "B" E "E" GERADOS PELAS UNIDADES DE SAÚDE ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES - PI	19.380	9.600	Kg	12,59	10.072,00	120.864,00
Valor Global							120.864,00

13. VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1.O prazo de vigência da contratação, inicialmente, será de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado na forma do Art. 107 e Art.113, da Lei nº 14.133/21.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1.Sem prejuízo das obrigações gerais previstas no contrato, são obrigações da Contratada:

14.2.Executar os serviços conforme exigências constantes no Contrato, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações ambientais;

14.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.4. Responder por quaisquer danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 14.5. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante todo o processo desta contratação de prestação dos serviços;
- 14.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, durante a realização desta prestação de serviços;
- 14.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 14.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto Federal nº 7.203, de 2010 e conforme vedação cogente do § 1º do art. 9º e do art. 14, todos da Lei 14.133/2021;
- 14.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF e/ou CADUF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 14.9.1. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 14.9.2. Certidão que comprove a regularidade perante a fazenda estadual;
 - 14.9.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 14.9.4. Certidão negativa de débito (CND) relativa aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 14.9.5. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 14.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 14.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente;
- 14.12. Todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como: combustíveis, manutenção, seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, e outros que resultarem do fiel cumprimento da execução dos serviços contratados, serão inteiramente de responsabilidade da empresa contratada.
- 14.13. A contratada fornecerá recipientes para acondicionamento dos resíduos dos grupos A, B e E, em número suficiente para o armazenamento interno e externo. Todos os carros coletores deverão ser identificados, na parte externa, com logomarca, nome e telefone da CONTRATADA. A identificação dos carros coletores e bombonas poderá ser feita com etiquetas adesivas, desde que as mesmas sejam resistentes aos processos de higienização e trocadas sempre que necessário. Os carros coletores, bombonas e recipientes devem atender às especificações abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 14.13.1.Os Resíduos de Serviços de Saúde deverão ser acondicionados em recipientes coletores de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com tampa e devidamente identificados;
- 14.13.2.O carro coletor para transporte e acondicionamento de resíduos do grupo A (resíduo infectante) e E (perfurocortante) deve ser de cor branca, identificados com a inscrição de “RESÍDUO INFECTANTE” e símbolo de risco associado constante na NBR 7500;
- 14.13.3.A CONTRATADA fornecerá para acondicionamento dos resíduos do grupo B (resíduo químico) líquidos, bombonas de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com tampa rosqueada e vedante, identificadas com a inscrição de “RESÍDUO QUÍMICO - REVELADOR”, “RESÍDUO QUÍMICO - FIXADOR” e símbolo de risco associado constante na NBR 7500.
- 14.14. Sujeitar-se-á às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990).
- 14.15. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.16. COLETA E TRANSPORTE EXTERNO:

- 14.16.1.A coleta dos resíduos dos grupos A, B, e E deverá ser realizada uma vez por mês, em dias e horários acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.
- 14.16.2.A periodicidade com que deverá ser executado este serviço deverá ser definida no Plano de Coleta de RSS e, a princípio, o serviço será executado de acordo com prazo estipulado no item supracitado.
- 14.16.3.O transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá ser realizado em veículos adequados para este tipo de serviço, conforme a NBR 7500 (Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos), NBR 9735 (Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos), NBR 12810 (Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde), NBR 13221(Transporte terrestre de resíduos), NBR 14652 (Coletor transportador Rodoviário de Resíduos de Serviços de Saúde), Resolução n.º 420/04, da Agência Nacional de Transportes Terrestres.
- 14.16.4.O transporte dos resíduos dos grupos A (resíduo infectante) e E (perfurocortante) deverá ser realizado por veículo/equipamento específico e atender as legislações e normas vigentes. A coleta de resíduos do grupo A e do grupo E deverá ser realizada por veículo sem sistema de compactação, conforme Art. 38 RESOLUÇÃO - RDC Nº 222/2018.
- 14.16.5.Todos os veículos utilizados na coleta de resíduos deverão ser credenciados e mantidos permanentemente em bom estado de conservação, limpos e pintados segundo padronização visual exigida.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1.Sem prejuízo das obrigações gerais previstas no contrato, são obrigações da Contratante:
- 15.2.Expedir ordem de serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 15.3. Designar Fiscais com competência legal para exercer a fiscalização, coordenação e acompanhamento da execução do contrato;
- 15.4. Indicar os interlocutores técnicos que atuarão durante o desenvolvimento dos trabalhos contratados;
- 15.5. Exercer a mais ampla e completa fiscalização do cumprimento contratual, o que não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais legais;
- 15.6. Atestar o serviço de acordo com as exigências constantes no Contrato;
- 15.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais;
- 15.8. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa cumprir suas obrigações contratuais;
- 15.9. Notificar por escrito à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência fixando prazo para sua correção;
- 15.10. Notificar a Contratada, quando for o caso, sobre a aplicação de eventuais sanções previstas em contrato;
- 15.11. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- 15.12. Realizar o Pagamento à Contratada do valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato e, realizar eventuais glosas de valores quando necessárias, oficializando a empresa sobre as razões que ensejaram os descontos;
- 15.13. Exigir, a qualquer tempo, da Contratada, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

- 16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 16.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 16.1.2.4. deixar de apresentar amostra;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 16.1.2.5.apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 16.1.6. fraudar a licitação;
- 16.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 16.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 16.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 16.1.7.3.apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 16.1.7.4.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 16.1.7.5.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 16.2. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada estão previstas no art. 156, incisos I a IV e seus parágrafos, todos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sendo elas:
 - 16.2.1. advertência;
 - 16.2.2. multa;
 - 16.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
 - 16.2.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 16.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 16.3.2.as peculiaridades do caso concreto;
 - 16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 16.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** ao licitante que der causa à inexecução parcial do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

16.5. Será aplicada **MULTA** por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimo por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de intimação oficial.

16.5.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.5.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.7.4 e 16.1.7.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.6. A penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** por até 03 (três) será aplicada pela Administração Pública direta e indireta do ente contratante ao licitante ou contratado que:

16.6.1. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.6.2. der causa à inexecução total do contrato;

16.6.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.6.4. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.6.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.6.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

16.7. A penalidade **INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** poderá ser aplicada pelo período de no mínimo 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e ocorrerá ao licitante ou contratado que:

16.7.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.7.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.7.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.8. As sanções de **ADVERTÊNCIA, IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR e DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** poderão ser aplicadas cumulativamente com a de **MULTA**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 16.9. Na aplicação da sanção de **MULTA**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.10. A aplicação das sanções de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** e **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.14. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor(es), doravante denominado(s) fiscal(is), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, na forma do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.
- 17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 17.4. Durante a execução do objeto, o(s) fiscal(is) deverá(ão) monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 17.5.O(s) representante(s) da Contratante deverá(ão) promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.6.A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.7.O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Art. 137 da Lei 14.133/2021.

18. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

- 18.1.A Contratada deverá emitir Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base nos MTR's de prestação dos serviços, dentro dos padrões exigidos neste Instrumento, e dos critérios de razoabilidade e eficiência, após recebimento definitivo dos serviços prestados.
- 18.2.O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, mediante requerimento de pagamento, apresentação de Notas Fiscais/DANFE's da Credora e certidões vigentes, devidamente atestadas pelos Fiscais.
- 18.3. Constatando-se, junto ao SICAF e/ou CADUF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.5. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 18.6.O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.7.O prazo de validade;
- 18.8.A data da emissão;
- 18.9.Os dados do contrato e do órgão contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 18.10.O período de prestação dos serviços;
- 18.11.O valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.13. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada;
- 18.14. Não produziu os resultados acordados;
- 18.15. Deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.16. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.17. No ato do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.
- 18.18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
- 18.19.A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido nos artigos. 62 a 67, da Lei nº 14.133/2021.
- 18.20.A contratada deverá comprovar a documentação abaixo elencada:
- 18.21.Comprovante de registro e quitação da empresa licitante e de seu responsável técnico (engenheiro civil ou ambiental), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) no ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, conforme Lei nº. 5.194/66, Resolução nº. 266/79 e 447/00 do CONFEA. Os registros profissionais emitidos em outros estados deverão conter o visto no CREA do Estado do Piauí, por ocasião da assinatura do contrato, conforme Lei nº. 5.194/66 e Resolução nº. 423/97 nº. 413/97 do CONFEA;
- 18.22.A proponente deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica e Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado e acervado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em nome da licitante e do responsável técnico - Engenheiro Civil ou Ambiental, que comprove a execução de serviços compatíveis aos da presente licitação, a saber: Coleta, transporte, tratamento de resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B e E e disposição final, segundo a classificação, tratamento e destinação final contida na RDC 222/18 da ANVISA, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 18.23. Para fins de atendimento ao disposto no item acima, a licitante poderá apresentar um ou mais atestados em seu nome e de seu responsável técnico, referentes aos serviços compatíveis com o objeto licitado, desde que haja comprovação das quantidades e prazos mínimos. Nos Atestados e nas Certidões de Acervo Técnico apresentados, deverão constar, obrigatoriamente, os nomes dos mesmos profissionais indicados, as quantidades, o período de execução e o local onde os serviços foram realizados, não sendo aceitos atestados de supervisão ou fiscalização.
- 18.24. A Comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) da proponente está(ão) vinculado(s) à empresa licitante dar-se-á mediante apresentação de registro em carteira ou contrato de prestação de serviços ou, ainda, mediante apresentação do Contrato Social, no caso do mesmo ser sócio da empresa.
- 18.24.1. Possuir alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura de sua sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto dos serviços a serem fornecidos;
- 18.24.2. Licença Sanitária emitida pelo órgão municipal ou estadual, compatível com o objeto dos serviços a serem fornecidos;
- 18.24.3. Licença de Operação de Coleta e Transporte Municipal de Resíduos Perigosos emitida pelo órgão ambiental competente da sede da contratada nos termos da Resolução do CONAMA n.º 237/1997 e Resolução CONSEMA n.º 46/2022;
- 18.24.4. Indicar os veículos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte dos resíduos, demonstrando que os mesmos possuem Certificado de Inspeção Veicular (CIV), segundo a portaria 457/2008 do Inmetro, Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) e o Registro de Não Conformidades (RNC), segundo Portaria 204/2011 do Inmetro em atendimento às exigências legais e às normas da ABNT;
- 18.24.5. Indicar equipe formada de motorista e coletor, devendo o motorista possuir curso de MOPP – Movimentação de Produtos Perigosos e CNH. A equipe (motorista e coletores) deve comprovar, mediante carteira de vacinação, estar em conformidade com o Programa Nacional de Imunização da ANVISA para a atividade exercida;
- 18.24.6. Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão ambiental competente, que contemple o tratamento (através de redução ou eliminação de carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana) de serviços de saúde, conforme Resoluções do CONAMA n.º 237/1997, CONAMA n.º 358/2005 e RDC n.º 222/18 ANVISA;
- 18.24.7. Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão ambiental competente, que contemple o tratamento (através de incineração) de serviços de saúde, conforme Resoluções do CONAMA n.º 237/1997, CONAMA n.º 358/2005 RDC n.º 222/18 ANVISA;
- 18.24.8. No caso de utilização de equipamento de esterilização compatível com Nível III de Inativação Microbiana, conforme determinam as Resoluções RDC n.º 222/2018 da ANVISA e n.º 358/2005 do CONAMA, deve ser apresentado seu teste de eficiência, conforme especificado em sua licença ambiental. Com relação a este equipamento, deve ser apresentado, ainda, relatório de Inspeção da Caldeira e Vasos de Pressão, elaborado e assinado por profissional



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

devidamente habilitado, observando os devidos prazos de validade em atendimento à Regulamentação do Ministério do Trabalho, conforme Portaria nº. 3.214, de Junho de 1978, estabelecida pela NR-13, que define essa obrigatoriedade às empresas que utilizarem equipamentos com a finalidade de produzir ou acumular vapor sob pressão superior à atmosférica, utilizando qualquer fonte de energia, com a necessária indicação da capacitação profissional para operação dos equipamentos. E, em caso de utilização de equipamento para tratamento por incineração, conforme determinam as Resoluções RDC n.º 222/2018 da ANVISA e n.º 358/2005 do CONAMA, deve ser apresentado seu teste de queima, laudo de caracterização das cinzas e calibração dos equipamentos de segurança e eficiência, relatório de inspeção, elaborado e assinado por profissional devidamente habilitado, observando os devidos prazos de validade em atendimento à legislação, com a necessária indicação da capacitação profissional para operação dos equipamentos, em atendimento à NR-14, conforme especificado em sua licença ambiental;

- 18.24.9. Licença de Operação (LO), expedida pelo órgão ambiental estadual competente, que contemple aterro sanitário para destinação final dos resíduos gerados após o tratamento através de redução ou eliminação de carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana ou por incineração, em nome da licitante, conforme Resolução CONSEMA n.º 46/2022;
- 18.24.10. Apresentar Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, emitido pelo IBAMA, em seu nome, caso o fornecedor utilize sistema de tratamento ou destinação final em outro Estado;
- 18.24.11. Apresentar comprovante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras em seu nome e de seu responsável técnico detentor do atestado de capacidade técnica;
- 18.24.12. Certidão Negativa de Débito Ambiental - CNDA, perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA;
- 18.24.13. Apresentar Programa de Gerenciamento de Risco – PGR, com o intuito de gerenciar os riscos existentes no local de suas atividades, estruturado sob um escopo que contemple requisitos necessários que venham prevenir possíveis acidentes ambientais e, caso ocorram, apontar quais serão as medidas adotadas para a minimização dos danos, ou seja, a minoração dos seus impactos, a curto, médio e longo prazo, conforme disposto na Portaria nº 6.730/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT que disciplina a implantação do PGR, em substituição ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho (PCMAT), de acordo com o indicado no plano de trabalho apresentado;
- 18.24.14. Apresentar PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- 18.24.15. Apresentar Plano de Trabalho detalhando as etapas da execução dos serviços objeto do presente Edital, desde a coleta até a disposição final dos resíduos. Referido Plano de Trabalho deverá ficar disponível e acessível para consulta e conhecimento, inclusive, como fomentador de ações educativas e orientadoras dos geradores dos resíduos dos serviços de saúde e do público em geral;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 18.24.16. Apresentar Plano de Ação e Emergência (PAE);
- 18.24.17. Apresentar Plano Ambiental de Atendimento às Emergências (PAAE);
- 18.24.18. Apresentar comprovantes de capacitação e treinamento dos funcionários que atuarão na execução dos serviços de limpeza, coleta, transporte, tratamento e destino final dos Resíduos de Serviços de Saúde;
- 18.24.19. Apresentar a Licença de Operação para Coleta e Transporte Rodoviário de Resíduos Não Perigosos emitida pelo órgão ambiental do Estado do Piauí;
- 18.24.20. Apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação para a assinatura do contrato, as Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos funcionários envolvidos na execução dos serviços devidamente assinadas ou contratos de prestação de serviços para comprovação de seus vínculos com a CONTRATADA;
- 18.24.21. Declaração de opção e de enquadramento Microempresa/ME e Empresa de Pequeno Porte/EPP;
- 18.24.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do art. 67, VI, da Lei 14.133/2021;
- 18.24.23. Declaração positiva elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do art. 14, III, da Lei nº 14.133/2021;
- 18.24.24. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme exigência do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. É vedada à CONTRATADA transferir ou subcontratar o objeto deste CONTRATO, no todo ou em parte, sob pena de rescisão.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 20.1. A contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato.
- 20.2. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 20.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 20.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 20.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- 20.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 20.3. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.5. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.6. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o Art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.7. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo de Referência e no Contrato.
- 20.8. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

21. RESCISÃO CONTRATUAL

- 21.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

22. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 22.1. A contratada aceitará nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

23. DO REAJUSTE

- 23.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 23.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 23.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 23.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajuste de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 23.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 23.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 23.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 23.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. A qualquer momento, quando solicitado, a contratada deverá permitir que uma equipe da Vigilância Sanitária realize o acompanhamento e verificação dos serviços prestados, desde a coleta até a destinação final dos RSS.
- 24.2. A empresa deverá atender, quando solicitado, quaisquer outras exigências da Secretaria Municipal de Saúde de Joaquim Pires - PI que visem à garantia de que os serviços prestados estão sendo realizados de acordo com as normas legais vigentes.
- 24.3. O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendido a conveniência do Contratante, recebendo o Contratado o valor correspondente ao objeto correspondente, bem como de forma imediata e independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial.
- 24.4. O contrato deverá ser divulgado em até 10 (dez) dias úteis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição indispensável para a sua eficácia, de forma a atender o disposto pelo art. 94, II da Lei nº 14.133/2021.
- 24.5. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quanto à execução do contrato, serão resolvidas entre as partes contratantes por meio de procedimentos administrativos.

25. ANEXO

ANEXO ÚNICO - Relação das Unidades Geradoras de Resíduos de Serviços de Saúde

ITEM	UNIDADES GERADORAS
01	Unidade Mista de Saúde
02	UBS Antonio da Silva Ramos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

03	UBS Antonia Alves de Sousa
04	UBS Vila Souvenir
05	UBS Jacaré
06	UBS Santana
07	UBS Baixão do Curralinho
08	UBS Angico Branco
09	UBS Tipis
10	UBS Barro Vermelho
11	UBS Santo Antonio

Aprovação de Termo de Referência

O presente instrumento segue assinado pela autoridade requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no que estabelecido na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a contratação através de certame licitatório na modalidade Concorrência em sua forma Eletrônica.

Joaquim Pires – PI, ** de ***** de 2024.

Joseanne de Albuquerque Fortes
SECRETÁRIO MUNICIPAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAQUIM PIRES – PI



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade

a. O presente estudo objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) dos grupos “A”, “B” e “E” gerados pelas Unidades de Saúde administradas pela Prefeitura Municipal de Joaquim Pires - PI de acordo com as boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC nº 222/2018, CONAMA nº 358/2005 e normas ambientais vigentes.

b. Descrição dos resíduos potencialmente gerados pelas Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde do município:

Classificação dos resíduos	
Grupo A Resíduo com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.	Grupo A1 <ul style="list-style-type: none">- culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;- resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;- bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;- sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, contêineres e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

Grupo A2

- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

Grupo A3

- peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares.

Grupo A4

- kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados;

- filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico- hospitalar e de pesquisa, entre outros similares;

- sobras de amostras de laboratório e seus contêineres contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com prions;

- resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo;

- contêineres e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;

- peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

	<ul style="list-style-type: none">- carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações; e- bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós transfusão. <p>Grupo A5</p> <ul style="list-style-type: none">- órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com prions.
<p>Grupo B</p> <p>Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.</p>	<ul style="list-style-type: none">a) Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossuppressores; digitálicos; imuno moduladores; antirretrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações;b) Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfectantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os contêineres contaminados por estes;c) Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores);d) Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas; ee) Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).
<p>Grupo E</p> <p>Materiais perfurocortantes ou escarificantes</p>	<p>Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.</p>

c. Os resíduos infectantes gerados num Serviço de Saúde devem receber atenção especial, desde a sua geração até a destinação final, de acordo com as legislações em vigor: **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28/03/2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, que regulamenta as boas práticas de Gerenciamento dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

Resíduos de Serviços de Saúde; a **Resolução nº 358, de 29/04/2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)**, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde; a **NBR 12.235: 1992 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que dispõe sobre os armazenamentos de produtos perigosos; a **NBR 9.191: 2008 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que dispõe sobre sacos plásticos para acondicionamento de lixo – Requisitos e métodos de ensaio; a **NBR 12.809: 2013 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que dispõe sobre Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde intraestabelecimento; a **NBR 12.808: 2016 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que classifica os resíduos de serviços de saúde quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que tenham gerenciamento adequado; **NBR 13.853-1: 2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que estabelece os requisitos para os recipientes descartáveis destinados ao acondicionamento de resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes, para sua coleta e encaminhamento a tratamento; **NBR 14.652: 2019 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que estabelece os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores de resíduos de serviço de saúde; **NBR 12.810: 2020 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que fixa os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança; **NBR 7.500: 2023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que estabelece a Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos; **NBR 9.735: 2023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que estabelece o conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos; **NBR 13.221: 2023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, que estabelece sobre Transporte terrestre de resíduos; **Resolução n.º 5.232/16, da Agência Nacional de Transportes Terrestres**, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos; e suas atualizações.

d. A coleta e transporte inadequado desses resíduos podem trazer riscos a todos os funcionários envolvidos neste processo e à população em geral. A ausência de tratamento, quando necessário, e a disposição final inadequada desses resíduos, pode ocasionar consequências ainda mais graves, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuírem para a proliferação de inúmeros vetores transmissores de doenças. Daí a necessidade de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação de tais resíduos, diminuindo a incidência de doenças e degradação do meio ambiente.

1.1. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

1.1.1. OBJETIVO:

- 1.1.1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) dos grupos “A”, “B” e “E” gerados pelas Unidades de Saúde administradas pela Prefeitura Municipal de Joaquim Pires - PI.

1.1.2. JUSTIFICATIVA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 1.1.2.1. O Município tem como dever garantir a preservação da saúde pública e do meio ambiente, através de ações de prevenção e precaução que reduzam e eliminem possibilidades de infecções e contaminação dos agentes públicos da área de saúde, da população em geral e do meio ambiente. Estas ações passam pelo gerenciamento adequado dos Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, gerados nas unidades administradas pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.1.2.2. É sabido que todo material, seja ele químico ou orgânico, gerado pelas ações domésticas, industriais ou hospitalares, quando descartados e depositados de forma incorreta provocam desequilíbrio ecológico causando danos irreparáveis ao meio ambiente. Dessa forma, os Resíduos de Serviços de Saúde - RSS oriundos das Unidades de Saúde apresentam riscos potenciais à saúde pública, devido à presença de agentes biológicos, químicos e/ou físicos, tornando-se necessária a adoção de procedimentos especializados de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final desses resíduos. Esses cuidados não podem ser executados pelo serviço convencional de limpeza urbana, pois as etapas de gerenciamento desses resíduos devem seguir rigorosamente a legislação ambiental e demais normas técnicas norteadoras.
- 1.1.2.3. É responsabilidade do município, como gerador de resíduos, buscar as alternativas de menor custo e impacto ambiental para destinação adequada dos RSS. Convém destacar que a má gestão dos RSS poderá ensejar infração sanitária, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis, ao gerador de resíduos de serviços de saúde, no caso, o município, conforme assim determina a RDC nº 222/2018/ANVISA e CONAMA nº 358/2005.
- 1.1.2.4. Entretanto, a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de corpo técnico especializado no quadro de seus servidores para realização desse tipo serviço, haja vista a necessidade de priorizar uma gestão de excelência nas unidades de Serviços de Saúde, buscando atingir níveis elevados de eficiência e eficácia.
- 1.1.2.5. Dessa forma, a contratação de empresa especializada é a alternativa mais apropriada para atender essa demanda, uma vez que permitirá adequar-se às determinações vigentes e às normas técnicas, sejam elas em esfera Federal, Estadual ou Municipal, respectivas a cada etapa dos serviços, e também às melhores práticas pertinentes à gestão dos resíduos sólidos dos serviços de saúde que são produzidos nas unidades geradoras.
- 1.1.2.6. Devido ao alto risco de contaminação, seja pela presença de agentes biológicos, substâncias químicas, ou ainda, por materiais perfurocortantes, os Resíduos de Serviços de Saúde -RSS exigem um tratamento especial antes de serem descartados. Daí a necessidade da terceirização do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos produzidos pelas Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.1.2.7. Ressalte-se que a política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, responsabiliza os geradores de resíduos perigosos pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos, que inclui a coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos (artigo 20 e 26).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

1.1.2.8. Deste modo, a contratação visa dar a correta destinação aos resíduos de serviços de saúde gerados das Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde, decorrentes das diversas atividades assistenciais da Instituição, atendendo à Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018 e Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e nº 358, de 29 de abril de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que dispõem sobre Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, e para a contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de lixo hospitalar.

1.1.3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1.3.1. Os serviços a serem prestados devem atender ao disposto nas legislações ambientais e demais instrumentos normativos:

- a) Lei nº 12.305/2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b) Lei nº 6.938/81 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente;
- c) Lei Federal nº. 5.194/66 que disciplina o registro da empresa e do profissional perante a entidade de classe;
- d) Resolução nº 358/2005 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente que disciplina o tratamento e a destinação final de resíduos de saúde;
- e) Resolução nº 316/2002 do CONAMA que disciplina o funcionamento de tratamento térmico de resíduos;
- f) Resolução nº 237/1997 do CONAMA que disciplina o licenciamento de atividades ambientais;
- g) Resolução nº 413/1997 do CONFEA que disciplina o Registro da Pessoa Jurídica em outro Estado;
- h) Resolução nº 266/1979 do CONFEA – Disciplina as Certidões para Pessoas Jurídicas;
- i) Resolução CGFR nº 003/2020, de 07 de Dezembro de 2020;
- j) RDC nº 222/2018 da ANVISA que regulamenta as boas práticas de gerenciamento de resíduos de saúde;
- l) Instrução Normativa nº 06/2013 do IBAMA que disciplina as atividades potencialmente poluidoras;
- m) Instrução Normativa nº 05/2012 do IBAMA que disciplina o transporte de produtos perigosos;
- n) Instrução Normativa nº 31/2009 do IBAMA que disciplina a exigência do cadastro técnico federal da empresa e do responsável técnico;
- o) NR nº 13/2015 do Ministério do Trabalho que disciplina a utilização de caldeiras, vasos de Pressão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

p) Portaria nº 6.730/2020 do Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT que disciplina a implantação do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR);

q) Portaria nº 204/2011 do INMETRO que disciplina sobre o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP);

r) Portaria nº 457/20 08 do INMETRO que disciplina sobre o Certificado de Inspeção Veicular (CIV);

s) Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

1.2. RAZÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) dos grupos “A”, “B” e “E” gerados pelas Unidades de Saúde administradas pela Prefeitura Municipal de Joaquim Pires - PI, que geram resíduos infectantes que precisam ter o tratamento adequado desde o recolhimento até a destinação final de tais resíduos.

1.2.2. Atualmente, considerando que o município não possui em seu quadro de pessoal mão de obra desta especialidade para atender a demanda dos serviços, e a singularidade dos serviços previamente apresentados, justifica-se a contratação de uma empresa especializada para a prestação dos serviços técnicos.

1.2.3. Desta forma, a contratação que ora se suplementa visa viabilizar o cumprimento das legislações em vigor.

1.3. DA DEMANDA CONTRATADA X QUANTIDADE DO MATERIAL A SER FORNECIDO

1.3.1. A contratação do serviço se alinha ao modelo de gestão das Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde no intuito de garantir o cumprimento das legislações em vigor e a segurança de profissionais de saúde e usuários.

1.3.2. O cálculo de quantidade solicitada tem fundamento nos quantitativos de média dos últimos meses de resíduos gerados pelas Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme levantamento realizado *in loco* pela Secretaria de Saúde. Destaque-se que os serviços objeto da presente licitação se fazem prementes, uma vez que os resíduos gerados precisam ter um manejo ambientalmente adequado, não podendo o município deles prescindir, sob pena de colapso na saúde da população. Nesse sentido, essa a sugestão feita pelos agentes de contratação e/ou pregoeiro a se considerar como fidedigno, consistindo em fazer a mesma projeção para um ano por completo, conforme tabela em anexo.

1.3.3. Os resíduos foram medidos em Kg (quilograma) por se tratar de quantidade de resíduos gerados pelas respectivas unidades.

1.3.4. Relação Demanda x Quantidade Consumida



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

Item	Especificação resumida	Und	Quantidade Solicitada Ano
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) dos grupos “A”, “B” e “E” gerados pelas Unidades de Saúde administradas pela Prefeitura municipal de Joaquim Pires - PI.	Kg	9.600

2.Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Saúde	Joseanne de Albuquerque Fortes

3.Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. DA GARANTIA DO SERVIÇO

- 3.1.1.A garantia consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.
- 3.1.2.A empresa contratada será responsável por adequar o serviço que não esteja compatível com as especificações do Termo de Referência.

3.2. DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO

- 3.2.1.O fornecimento das embalagens para a coleta dos resíduos (bombona ou contêiner) será por comodato.

3.3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 3.3.1.A contratada iniciará os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde das unidades em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.
- 3.3.1.1.O horário da coleta poderá ser de 07:00 às 18:00hs, do resíduo de serviço de saúde produzido nas Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente acondicionado, em veículo licenciado;
- 3.3.1.2.A CONTRATADA deverá fornecer, continuamente, as embalagens (bombona ou contêiner) para a coleta dos resíduos, contendo as seguintes características: resistentes, rígidas e estanques, com tampa rosqueável, adequadas para o armazenamento dos resíduos líquidos, sólidos, químicos e tóxicos, com identificação conforme legislação vigente, em número suficiente para dispensação e armazenagem dos resíduos, sendo a empresa responsável pela manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 3.3.1.3.O transporte deverá ser feito, devidamente acondicionado nas bombonas ou contêineres específicos, em veículo tecnicamente adequado e em conformidade com a legislação atual (Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e ABNT), identificado conforme NBR 7.500: 2023 e obedecendo ao disposto na NBR 13.221: 2003; NBR 12.810: 2020; NBR 10.004: 2004 e Resolução nº 5232 de 14 de dezembro de 2016 do Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;
- 3.3.1.4.As bombonas e contêineres retirados para o transporte devem ser imediatamente substituídas(os) por outras(os), vazias(os) e apropriadamente identificadas(os), sem ônus para o CONTRATANTE;
- 3.3.1.5.A empresa contratada deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhado por um servidor das Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.3.1.6.A pesagem deverá ser realizada com equipamentos aferidos dentro do intervalo de validade previsto pelo órgão regulador (INMETRO) pela contratada na presença de Fiscal designado pelas Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde, e deverá ser emitido um comprovante da pesagem;
- 3.3.1.7.Todo o equipamento necessário para o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada;
- 3.3.1.8.A CONTRATADA deverá se adequar às normas de tratamento estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 358/2005 e RDC nº 222/2018 da ANVISA, apresentando mensalmente e/ou quando necessário ao Fiscal do Contrato, os documentos comprobatórios da sua realização;
- 3.3.1.9.A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os tratamentos adequados para cada tipo de resíduo e suas subdivisões, conforme preceitua a RDC nº 222/2018 da ANVISA;
- 3.3.1.10.Durante a vigência do contrato, caso exista alteração do processo de tratamento, a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos;
- 3.3.1.11.A CONTRATADA terá inteira responsabilidade sobre a disposição final dos RSS e, caso exista alteração do processo de destino final, durante a vigência do contrato, a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos;
- 3.3.1.12. Deverá ser emitido pela CONTRATADA e entregue ao Fiscal do Contrato, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Certificado de Destinação Final – CDF, que comprove que o material foi destinado de maneira correta;
- 3.3.1.13. Os resíduos de serviços de saúde serão pesados diariamente e o valor a ser pago pelo serviço será baseado nesta pesagem, considerando o valor unitário proposto do peso;
- 3.3.1.14.A CONTRATADA deverá executar o transporte dos resíduos coletados até o local de tratamento, procedendo ao tratamento em usina de resíduos especiais, para logo após realizar a sua destinação ambientalmente correta, de acordo com as normas vigentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 3.3.1.15. Efetuar a disposição final do produto oriundo de incineração em aterros sanitários ou locais devidamente autorizados pelos órgãos ambientais;
- 3.3.1.16. A empresa deverá possuir licença ambiental e estar devidamente licenciada nos órgãos competentes bem como seus veículos, autoclaves, incineradores, motoristas e agentes coletores formalmente habilitados pelo MOPP (Movimentação de Produto Perigoso) e carteiras de vacinas atualizadas;
- 3.3.2. A natureza do serviço é contínua, devido à produção permanente de resíduos de serviços de saúde em ambiente hospitalar.
- 3.3.3. O pagamento deverá ser realizado mensalmente, sendo definido o valor mensal de acordo com a quantidade de resíduo coletada/tratada/destinação final (Quantidade X Valor Unitário).
- 3.3.4. O contrato oriundo da presente licitação terá vigência de 05 (cinco) anos, conforme fixado no Termo de Referência, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 3.3.5. O "atesto" da realização do serviço licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se a empresa prestadora do serviço a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, nas determinações ambientais cogentes e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.
- 3.4. A empresa prestadora dos serviços, objeto do presente estudo, deverá atender aos seguintes requisitos:
- 3.4.1. Comprovante de registro e quitação da empresa licitante e de seu responsável técnico (engenheiro civil ou ambiental), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) no ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, conforme Lei nº. 5.194/66, Resolução nº. 266/79 e 447/00 do CONFEA. Os registros profissionais emitidos em outros estados deverão conter o visto no CREA do Estado do Piauí, por ocasião da assinatura do contrato, conforme Lei nº. 5.194/66 e Resolução nº. 423/97 nº. 413/97 do CONFEA;
- 3.4.2. A proponente deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica e Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado e acervado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em nome da licitante e do responsável técnico - Engenheiro Civil ou Ambiental, que comprove a execução de serviços compatíveis aos da presente licitação, a saber: Coleta, transporte, tratamento de resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B e E e disposição final, segundo a classificação, tratamento e destinação final contida na RDC 222/18 da ANVISA, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.4.3. Para fins de atendimento ao disposto no item acima, a licitante poderá apresentar um ou mais atestados em seu nome e de seu responsável técnico, referentes aos serviços compatíveis com o objeto licitado, desde que haja comprovação das quantidades e prazos mínimos. Nos Atestados e nas Certidões de Acervo Técnico apresentados, deverão constar, obrigatoriamente, os nomes dos mesmos profissionais indicados, as quantidades, o período de execução e o local onde os serviços foram realizados, não sendo aceitos atestados de supervisão ou fiscalização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 3.4.4.A Comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) da proponente está(ão) vinculado(s) à empresa licitante dar-se-á mediante apresentação de registro em carteira ou contrato de prestação de serviços ou, ainda, mediante apresentação do Contrato Social, no caso do mesmo ser sócio da empresa.
- 3.4.5. Possuir alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura de sua sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto dos serviços a serem fornecidos;
- 3.4.6. Licença Sanitária emitida pelo órgão municipal ou estadual, compatível com o objeto dos serviços a serem fornecidos;
- 3.4.7. Licença de Operação de Coleta e Transporte Rodoviário de Resíduos Perigosos emitida pelo órgão ambiental competente da sede da contratada nos termos da Resolução do CONAMA n.º 237/1997 e Resolução CONSEMA n.º 46/2022;
- 3.4.8. Indicar os veículos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte dos resíduos, demonstrando que os mesmos possuem Certificado de Inspeção Veicular (CIV), segundo a portaria 457/2008 do Inmetro, Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) e o Registro de Não Conformidades (RNC), segundo Portaria 204/2011 do Inmetro em atendimento às exigências legais e às normas da ABNT;
- 3.4.9. Indicar equipe formada de motorista e coletor, devendo o motorista possuir curso de MOPP – Movimentação de Produtos Perigosos e CNH. A equipe (motorista e coletores) deve comprovar, mediante carteira de vacinação, estar em conformidade com o Programa Nacional de Imunização da ANVISA para a atividade exercida;
- 3.4.10. Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão ambiental competente, que contemple o tratamento (através de redução ou eliminação de carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana) de serviços de saúde, conforme Resoluções do CONAMA n.º 237/1997, CONAMA n.º 358/2005 e RDC n.º 222/18 ANVISA;
- 3.4.11. Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão ambiental competente, que contemple o tratamento (através de incineração) de serviços de saúde, conforme Resoluções do CONAMA n.º 237/1997, CONAMA n.º 358/2005 RDC n.º 222/18 ANVISA;
- 3.4.12. No caso de utilização de equipamento de esterilização compatível com Nível III de Inativação Microbiana, conforme determinam as Resoluções RDC n.º 222/2018 da ANVISA e n.º 358/2005 do CONAMA, deve ser apresentado seu teste de eficiência, conforme especificado em sua licença ambiental. Com relação a este equipamento, deve ser apresentado, ainda, relatório de Inspeção da Caldeira e Vasos de Pressão, elaborado e assinado por profissional devidamente habilitado, observando os devidos prazos de validade em atendimento à Regulamentação do Ministério do Trabalho, conforme Portaria n.º 3.214, de Junho de 1978, estabelecida pela NR-13, que define essa obrigatoriedade às empresas que utilizarem equipamentos com a finalidade de produzir ou acumular vapor sob pressão superior à atmosférica, utilizando qualquer fonte de energia, com a necessária indicação da capacitação profissional para operação dos equipamentos. E, em caso de utilização de equipamento para tratamento por incineração, conforme determinam as Resoluções RDC n.º 222/2018 da ANVISA e n.º 358/2005 do CONAMA, deve ser apresentado seu teste de queima, laudo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

caracterização das cinzas e calibração dos equipamentos de segurança e eficiência, relatório de inspeção, elaborado e assinado por profissional devidamente habilitado, observando os devidos prazos de validade em atendimento à legislação, com a necessária indicação da capacitação profissional para operação dos equipamentos, em atendimento à NR-14, conforme especificado em sua licença ambiental

- 3.4.13. Licença de Operação (LO), expedida pelo órgão ambiental estadual competente, que contemple aterro sanitário para destinação final dos resíduos gerados após o tratamento através de redução ou eliminação de carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana ou por incineração, conforme Resolução CONSEMA nº 46/2022;
- 3.4.14. Apresentar Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, emitido pelo IBAMA, em seu nome, caso o fornecedor utilize sistema de tratamento ou destinação final em outro Estado;
- 3.4.15. Apresentar comprovante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras em seu nome e de seu responsável técnico detentor do atestado de capacidade técnica;
- 3.4.16. Certidão Negativa de Débito Ambiental - CNDA, perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA;
- 3.4.17. Apresentar Programa de Gerenciamento de Risco – PGR, com o intuito de gerenciar os riscos existentes no local de suas atividades, estruturado sob um escopo que contemple requisitos necessários que venham prevenir possíveis acidentes ambientais e, caso ocorram, apontar quais serão as medidas adotadas para a minimização dos danos, ou seja, a minoração dos seus impactos, a curto, médio e longo prazo, conforme disposto na Portaria nº 6.730/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT que disciplina a implantação do PGR, em substituição ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho (PCMAT), de acordo com o indicado no plano de trabalho apresentado;
- 3.4.18. Apresentar PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- 3.4.19. Apresentar Plano de Trabalho detalhando as etapas da execução dos serviços objeto do presente Edital, desde a coleta até a disposição final dos resíduos. Referido Plano de Trabalho deverá ficar disponível e acessível para consulta e conhecimento, inclusive, como fomentador de ações educativas e orientadoras dos geradores dos resíduos dos serviços de saúde e do público em geral;
- 3.4.20. Apresentar Plano de Ação e Emergência (PAE);
- 3.4.21. Apresentar Plano Ambiental de Atendimento às Emergências (PAAE);
- 3.4.22. Apresentar a Licença de Operação para Coleta e Transporte Rodoviário de Resíduos Não Perigosos emitida pelo órgão ambiental do Estado do Piauí;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- 3.4.23. Os veículos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte dos resíduos, demonstrando que os mesmos possuem Certificado de Inspeção Veicular (CIV), segundo a portaria 457/2008 do Inmetro, Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) e o Registro de Não Conformidades (RNC), segundo Portaria 204/2011 do Inmetro em atendimento às exigências legais e às normas da ABNT.

4. Levantamento de Mercado

4.1. Das soluções:

- 4.1.1. Solução 1 - Execução dos serviços pelas próprias Unidades de Saúde administradas pela Secretaria municipal de Saúde conta com áreas de armazenamento interno (expurgos) e de armazenamento externo, denominado de Casa de rejeitos.
- 4.1.2. Solução 2 - Terceirização do Serviço - Contratação de empresa terceirizada para a execução de todo o processo, desde a coleta até a destinação final dos resíduos, com mão de obra qualificada e manejo adequado.

4.2. Da análise:

- 4.2.1. Solução 1 - Mostra-se inviável pelo fato de as Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde não possuírem estrutura e pessoal habilitado para a ação, sendo que o investimento para aquisição, manutenção e operação dos maquinários seria bastante dispendioso e com grande probabilidade de insucesso pelas nuances que envolvem esse tipo de atividade.
- 4.2.2. Solução 2 - É o formato mais adequado, pois, mostra-se economicamente mais viável, por atender às determinações legais, eximindo, assim, as Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde por sua implantação, inserindo-o no contexto da manutenção e fiscalização dos serviços e a não exposição dos usuários aos perigos inerentes à execução desses serviços.
- 4.2.3. Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades das Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde e as que foram identificadas foram incorporadas nesta contratação em análise.
- 4.2.4. Foi observado que para a realização do serviço demandado, os estabelecimentos de saúde congêneres, em especial os hospitais e as entidades públicas, realizam a contratação de forma similar à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.
- 4.2.5. Na contratação em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face do serviço ser considerado comum.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

4.3. Das possíveis formas de contratação

4.3.1. Das Formas:

- 4.3.1.1. Forma 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão;
- 4.3.1.2. Forma 2 - Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante;
- 4.3.1.3. Forma 3 - Realizar licitação própria.

4.3.2. Da análise:

- 4.3.2.1. Forma 1 - Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão;
- 4.3.2.2. Forma 2 - Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação;
- 4.3.2.3. Forma 3 - É possível a realização da contratação nos termos da Lei 14.133/2021, coordenada pelo agente de contratação e/ou pregoeiro e seus subordinados.

4.4. Da Conclusão:

- 4.4.1. Com o exposto, além de não ser possível a adesão ou participação em atas de outro órgão, esta equipe conclui que deve haver contratação própria, nos moldes delineados na Forma 3 para a execução da Solução 2.

5. Descrição da solução como um todo

- 5.1. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a CONTRATADA deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde - PGRSS elaborado pelas Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde, além de obedecer às diretrizes constantes na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC da Anvisa nº 222 de 28 de março de 2018 e ainda em razão de que o objeto a ser contratado se enquadra na categoria de serviços comuns de que trata o Art. 6º, inc. XIII da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.
- 5.2. A necessidade foi demonstrada no Item 2 do presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.
- 5.3. Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP.
- 5.4. Foram analisadas as possíveis soluções no item 5 do presente ETP.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 6.1. O valor estimado para esta contratação será aferido multiplicando o peso de resíduos constante no Anexo Único, pelo preço médio calculado com base em pesquisa de preços e nos preços praticados no mercado para a execução do serviço objeto desta licitação, consistindo em valor de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

6.2. Nos custos unitários propostos pela Contratada deverão estar inclusos todos os custos em geral relativos ao fornecimento da mão-de-obra direta e indireta necessária e imprescindível à integral e perfeita execução do objeto, bem como todos os gastos relativos ao pagamento das taxas, ônus legais e demais encargos sociais, trabalhistas e outros que direta e indiretamente sejam incidentes.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. MEDIDA	QTDE. TOTAL ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITARIO KG (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) dos grupos “A”, “B” e “E” gerados pelas Unidades de Saúde administradas pela Prefeitura municipal de Joaquim Pires - PI.	129380	KG	9.600	12,59	10.072,00	120.864,00

Estimativa do Valor da Contratação

6.3. Os valores constantes da tabela inserida no item 6 do presente Estudo Técnico Preliminar foram obtidos conforme descrito no item 1.3.2.

7. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

7.1. Essa área técnica optou pela aglutinação dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos em apenas um item, de forma a manter apenas uma empresa responsável pela execução do objeto de que trata este Estudo Técnico Preliminar. Com isso, a equipe de fiscalização se beneficia ao tratar quaisquer detalhes da execução contratual com apenas um interlocutor, reduzindo inclusive as deficiências de acompanhamento do serviço ao promover agilidade no tratamento de questões formais.

7.2. Os principais motivos para o não parcelamento do objeto da pretendida contratação são:

- a) Itens/objetos de natureza idêntica (serviços de gerenciamento de resíduos sólidos);
- b) Objetos de natureza idêntica a serem prestados na mesma localidade; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- c) Objetos de natureza idêntica, para o mesmo local, que encontram no mercado prestador hábil a fornecê-los na totalidade.

7.3. Assim sendo, optou-se por não parcelar a solução visando aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os serviços licitados. Ademais, pode-se verificar pela pesquisa de mercado, que é prática comum as empresas prestarem todos os serviços dispostos no presente Estudo, não comprometendo, portanto, a competitividade do certame. Ressalta-se que na última licitação a disposição na forma proposta não trouxe prejuízos ao certame.

8. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- a. Não se aplica, pois a contratação contempla todos os serviços e equipamentos necessários para a execução do objeto, a cargo do futuro contratado.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- b. A contratação se alinha ao planejamento da Direção das Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde. Essa assertiva, como se percebe, ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tal serviço para o bom andamento das atividades a que se destina as Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde.

- c. A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e II, e § 1º incisos I e II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o disposto nos Arts. 18 e 40, V, “c”, ambos da Lei 14.133/2021.

10. Resultados Pretendidos

- d. Proporcionar aos resíduos gerados pelas Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores e dos usuários das Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde, assim como a preservação da saúde, dos recursos naturais e do meio ambiente, atendendo às normas e exigências legais quanto à destinação final dos resíduos de serviços de saúde;

- e. Dar a destinação adequada aos resíduos produzidos pelas Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde, através da contratação de empresa capacitada e licenciada por órgãos ambientais, que manterá um eficiente sistema de coleta, transporte e eliminação de resíduos de serviços de saúde.

11. Providências a Serem Adotadas

- f. No específico desta contratação, não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado.

12. Possíveis Impactos Ambientais



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

- g. A Secretaria de Saúde optou pela utilização de tecnologias licenciadas de menor agressão ao meio ambiente, conforme preconiza as Resoluções do CONAMA e ANVISA, bem como a necessidade de observância dos princípios da prevenção e precaução, dos objetivos de proteção à saúde pública e a qualidade ambiental, dispostos na Lei Federal 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- h. Embora a literatura especializada aponta que os sistemas de tratamento térmico (incineração) sejam fontes potenciais de risco ambiental e de emissão de poluentes perigosos, como preceitua a Resolução CONAMA nº 316/2002, a busca contínua da redução de emissões de poluentes é uma meta mundial em favor do meio ambiente, através do uso de tecnologias no tratamento de resíduos, consideradas não agressivas ao meio ambiente, inclusive, como para os presentes serviços, a previsibilidade de utilização de equipamento de esterilização compatível com Nível III de Inativação Microbiana (autoclave).
- i. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28 /03/2018 - ANVISA.
- j. Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 7.500: 2023, NBR 12.807: 2013, NBR 12.808: 2016, NBR 12.809: 2013, NBR 13.853-1: 2018 e NBR 9.191: 2008.
- k. Os resíduos de serviços de saúde devem ser armazenados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 12.235: 1992, NBR 12.809: 2013, NBR 12.810: 2020.
- l. A coleta e o transporte de resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT – NBR 12.810: 2020 e NBR 14.652: 2019.
- m. As estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra.
- n. A destinação ambiental dos resíduos de saúde deve observar a Lei 12.305/10, legislação e normas ambientais incidentes.
- o. Os resíduos pertencentes ao Grupo A do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal.
- p. Os resíduos pertencentes ao Grupo B do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, com características de periculosidade, conforme Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, quando não forem submetidos a processo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento e disposição final específicos.

q. Os resíduos pertencentes ao Grupo E do Anexo I da Resolução CONAMA n° 358, de 29/04/2005, devem ser apresentados para coleta acondicionados em coletores estanques e rígidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação, de acordo com a ABNT NBR 13.853-1: 2018, e ter tratamento específico de acordo com a contaminação química, biológica ou radiológica.

r. Os veículos utilizados na coleta de resíduos de serviços de saúde deverão ser submetidos a vistoria pelo órgão de controle ambiental, no ato do licenciamento.

s. É vedada a utilização de equipamentos compactadores na coleta e transporte dos resíduos dos Grupos A, B e E, conforme Art. 38 RESOLUÇÃO - RDC N° 222/2018.

t. A execução do serviço de transporte dos resíduos se dará com utilização de veículos com carroceria tipo baú, contendo revestimento interno estanque em consonância com as legislações aplicáveis, em quantidade suficiente para execução dos serviços, atendendo e levando em consideração o dimensionamento de quantitativos de resíduos gerados.

u. Os resíduos dos Grupos A, B e E deverão ser obrigatoriamente submetidos a processo de tratamento antes de sua disposição final.

13. Declaração de Viabilidade

i. Declaro **viável** esta contratação, salientando que se trata de serviço de natureza continuada, imprescindível ao funcionamento das Unidades de Saúde administradas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como para atender aos requisitos legais estabelecidos pelas legislações ambientais vigentes.

Joaquim Pires – PI, ** de ***** de 2024.

Joseanne de Albuquerque Fortes

SECRETÁRIO MUNICIPAL

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAQUIM PIRES – PI

14. Anexos

ANEXO ÚNICO - Relação das Unidades Geradoras de Resíduos de Serviços de Saúde

ITEM	UNIDADES GERADORAS
01	Unidade Mista de Saúde
02	UBS Antonio da Silva Ramos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

03	UBS Antonia Alves de Sousa
04	UBS Vila Souvenir
05	UBS Jacaré
06	UBS Santana
07	UBS Baixão do Curralinho
08	UBS Angico Branco
09	UBS Tipis
10	UBS Barro Vermelho
11	UBS Santo Antonio



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O(A). (órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de..... /UF, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00000000000000000000, neste ato representado PREFEITO MUNICIPAL, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2024., publicada no de/2024, Processo Administrativo n.º XXXXXXXXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 23 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS DE SAÚDE (GRUPOS A, B e E) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM PIRES - PI, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Concorrência Eletrônica nº/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

- 2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
REPRESENTANTE:					
E-MAIL:					
TEL.: ()					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

3.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 3.1.A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023.
- 3.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.
- 3.3. Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que eventualmente aderirem à ata de registro de preços.

4. VIGÊNCIA DA ATA.

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos termos do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO.

- 5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, quando então o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023.
- 5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.8. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.10. O REGISTRO DO FORNECEDOR SERÁ CANCELADO QUANDO:**
- 5.11. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.12. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.13. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.14. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.15. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.11, 5.12 e 5.14 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

5.16.O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

5.16.1.Por razão de interesse público; ou

5.16.2.A pedido do fornecedor.

6.DAS PENALIDADES:

6.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2.É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inciso XIV, do Decreto nº 11.462/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462/2023).

6.3.O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador quaisquer das ocorrências previstas no art. 8º, X do Decreto nº 11.462/2023, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7.CONDIÇÕES GERAIS:

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, nos termos do art. 23º do Decreto nº 11.462/2023.

7.3.O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.4.Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

JOAQUIM PIRES - PI, _____ de _____ de 2024.

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/ ...
, QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A
EMPRESA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE por intermédio do(a) (órgão) contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº /2024, por Sistema de Registro de Preços nº 0000/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (GRUPOS A, B e E) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM PIRES/PI, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da Concorrência Eletrônica, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA:

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 05 (cinco) anos conforme fixado no Termo de Referência, com início na data de XXXXXX e encerramento em XXXXXX, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ().

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE:

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO:

7.1. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Administração exige a prestação de garantia contratual, mediante apresentação do comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, contados da data assinatura do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades, nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21:

a) CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. (AG: XXX; CONTA:XXX; BANCO: XXX).

b) FIANÇA BANCÁRIA conforme ANEXO V do EDITAL – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

c) SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada a comercializar seguros, e em nome da Prefeitura Municipal de Joaquim Pires – PI, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

7.2. Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro o depósito deverá ser feito obrigatoriamente em conta corrente do Município a ser informada pela Prefeitura Municipal de Joaquim Pires, sendo devolvida atualizada monetariamente, nos termos do artigo 100, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.3. Se a opção de garantia for em seguro-garantia ou fiança bancária deverá conter expressamente cláusulas de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

7.4. A garantia prestada será liberada ou restituída à empresa contratada, mediante requerimento formal dirigido à Prefeitura Municipal de Joaquim Pires-PI, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do termo de “Recebimento Definitivo” da obra, acompanhado da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, dentro dos seus prazos de validade.

7.5. Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, e não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável da Prefeitura Municipal de Joaquim Pires-PI.

7.6. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

7.7. Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente

CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por fiscal de contrato, especialmente designado pela Contratante, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES:

10.1. DA CONTRATANTE:

10.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

10.1.2. Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a execução dos serviços ocorra na forma estabelecida no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

10.1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

10.1.4. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva dos produtos.

10.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.6. Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

10.2. DA CONTRATADA:

10.2.1. Executar os serviços no tempo, lugar e forma estabelecidos no Termo de Referência, bem como obedecer todas as exigências deste Edital, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

10.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

10.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

10.2.4. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

10.2.5. Notificar ao CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades de execução dos serviços contratados.

10.2.6. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca dos serviços a serem executados, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

10.2.7. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação mantendo sempre o CADUF e/ou SICAF em situação regular. A ausência da regularização do CADUF e/ou SICAF, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

10.2.8. O licitante vencedor é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

10.2.9. Sujeitar-se-á às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990).

10.2.10. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada estão previstas no art. 156, incisos I a IV e seus parágrafos, todos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sendo elas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar, e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** ao licitante que der causa à inexecução parcial do contrato.

11.5. Será aplicada **MULTA** por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimo por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de intimação oficial.

11.5.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.5.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.6. A penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** por até 03 (três) será aplicada pela Administração Pública direta e indireta do ente contratante ao licitante ou contratado que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.7. A penalidade **INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** poderá ser aplicada pelo período de no mínimo 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e ocorrerá ao licitante ou contratado que:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

11.8. As sanções de ADVERTÊNCIA, IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR e DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR poderão ser aplicadas cumulativamente com a de MULTA.

11.9. Na aplicação da sanção de MULTA, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.10. A aplicação das sanções de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR e DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:

12.1. É VEDADO À CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

13.1. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES:

14.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

14.3. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

16.1. A publicação do presente contrato deverá ocorrer mediante divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, bem como na imprensa oficial, respeitando-se o mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Esperantina - PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, podendo, ainda, serem adotados os meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do art. 151 e seguintes da Lei 14.133/2021.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

JOAQUIM PIRES - PI, de de 2024.

CONTRATANTE

CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI.

A EMPRESA _____ VEM APRESENTAR SUA PROPOSTA DE PREÇOS, CUJO VALOR É DE R\$ _____, PARA OS SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (GRUPOS A, B e E) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM PIRES/PI, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD/MÊS	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (GRUPOS A, B e E) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM PIRES/PI, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.	800KG	KG	R\$	R\$

Valor por extenso:

A EMPRESA DECLARA QUE:

- 1- ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS.
- 2- VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.
- 3- PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4- QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5- QUE O PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL.

JOAQUIM PIRES - PI, _____ de _____ de 2024.

PROPONENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES – PI

ANEXO V

MATRIZ DE RISCOS

MATRIZ DE RISCOS									
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (GRUPOS A, B e E) PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM PIRES - PI								DATA	01/08/2024
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO (1)	ÁREA (3)	DESCRIÇÃO DO RISCO (2)	CAUSAS (4)	PROBABILIDADE (5)	IMPACTO (6)	NÍVEIS DE RISCO (7)	MITIGAÇÃO (8)	PLANO DE AÇÃO (9)
1.0	Falta de Orçamento para execução dos serviços.	Secretaria Municipal Responsavel pelo Orçamento	A não previsão de recursos para os serviços no Orçamento.	Falta de Planejamento Financeiro.	Baixo	Médio	Alto	1) Estudo de demanda das necessidades setoriais anuais; 2) Elaboração de Planejamento Financeiro com revisões trimestrais.	1) Nomear a secretaria responsável pelo estudo de viabilidade econômica e financeiro; 2) Elaborar orçamento viável e criterioso
2.0	Falta de aderência do Cronograma Físico-Financeiro com a execução física.	Fiscalização -Secretaria Municipal; Contratada.	Não previsto o serviço no orçamento, consequentemente falta de controle físico do serviço.	Falta de Orçamento / Falta de Projetos Básico e/ou executivo / Falta de controle físico da Contratada.	Muito Baixo	Alto	Muito Alto	1) Acompanhamento diário/semanal por parte do setor responsável para que o cronograma seja atendido; 2) Supervisão e monitoramento da contratada quanto a execução dos serviços.	1) Desenvolver métodos para que a execução siga o cronograma definido; 2) Metodos e Equipes de Gerenciamento e Fiscalização.
3.0	Projeto Básico Incompleto.	Área Técnica da Engenharia da Contratante.	TR com falta de especificações para a correta execução dos serviços / Quem executa o serviço não ter o conhecimento amplo do contrato e consequentemente ter reivindicações futuras não previstas em orçamento, ocasionando ônus para o município.	Falha na área técnica.	Muito Baixo	Muito Baixo	Baixo	1) Diretrizes definidas e planejadas pelo município; 2) Descrição/Especificação correta do objeto/projeto.	1) Elaborar plano de ação/projetos de curto médio e longo prazos; 2) Contratação de consultoria de projetos.
4.0	Ausência de Acervo Técnico ou Qualificação Técnica.	Área Técnica da Engenharia da Contratante. e Contratada;	Em casos de sinistros, a empresa não ter expertise de prever ou solucionar o problema com profissionais qualificados.	Empresas Contratadas sem apresentar acervo técnico e qualificação técnica para execução dos serviços.	Muito Baixo	Baixo	Médio	1) Definição adequada de fornecedores/prestadores de serviços da Contratada; 2) Qualificação correta de prestadores de serviços.	1) Elaboração de cadastro de fornecedores/prestadores de serviços da Contratada, com a respectiva qualificação técnica do objeto.
5.0	Licitação Deserta.	Agente de Licitação/ Pregoeiro;	Em caso de não aparecer nenhuma empresa para participar do certame.	Não contratação de empresa para executar o objeto da licitação.	Muito Baixo	Alto	Muito Alto	1) Elaboração de um edital viabilizando um maior número de empresas participantes.	1) Publicidade do edital; 2) Preparar o edital com o objetivo de abranger o máximo de empresas possível.
6.0	Atraso para Execução dos Serviços.	Contratada	Caso haja atraso na Execução dos serviços.	Pode ocasionar atraso na execução dos serviços.	Médio	Alto	Muito Alto	1) Um bom entendimento das especificações do projeto para saber exatamente quais ações serão necessários para execução do objeto.	1) Fazer pedido dos serviços com antecedência, já prevenendo um possível atraso na execução.
7.0	Necessidade de Retrabalho dos serviços já executados.	Área Técnica da Engenharia da Contratante. e Contratada;	Caso haja divergência entre serviços executados e projeto, será necessário análise para solução.	Pode ocasionar atraso na execução dos serviços, além de desesas não consideradas no orçamento.	Médio	Médio	Alto	1)Necessário uma boa leitura de ETP e TR para uma execução sem erros.	1) Fiscalização rigorosa do setor técnico da Contratante aliada à excelência da execução da contratada.
8.0	Não Pagamento do Fornecedor.	Secretaria Municipal Responsavel pelo Pagamento	Caso haja falta de pagamento.	Pode ocasionar na falta de continuidade dos serviços prestados.	Muito Baixo	Alto	Muito Alto	1) Necessário o pagamento em dias do fornecedor; 2) Solicitar em tempo hábil a medição à secretária responsável.	1) Processo de pagamento rápido e sem erros identificados pela contratante.

Escala de Risco Probabilidade e Impacto	
1	Muito Baixo
2	Baixo
3	Médio
4	Alto
5	Muito Alto